

O FILIOQUE EM QUESTÃO

Um complemento ao [nosso estudo sobre o Filioque, publicado no Boletim nº 9](#), torna-se necessário devido à publicação, na mesma época, de seis escritos sobre essa questão, o que confirma sua atualidade e importância.

São eles, na ordem:

I - Um estudo da Revista "Connaissance hellénique", no nº 6 de Janeiro de 1981, intitulado "Teologia Ortodoxa" e assinado por Jean-Victor Vernhes.

II - Um livro coletivo inteiramente dedicado ao Filioque, intitulado "*A Teologia do Espírito Santo no diálogo entre o Oriente e o Ocidente*", editado pelas *Edições du Centurion* e pelas *Presses de Taizé* em 1981 também.

III - Um livro com o título "*O Espírito que diz Pai! e o problema do Filioque*" e de autoria do RP Jean Michel Guarrigues, pelas Edições Téqui em 1982.

IV - Um artigo do periódico "*L'homme nouveau*" datado de 20 de junho de 1982 e comentando o livro do Padre Guarrigues.

V - Um artigo da revista trimestral "*Unidade dos cristãos*" publicado no número 46 em abril de 1982, tratando do Filioque nas páginas 17 e 18.

VI - Finalmente, um artigo intitulado "*O Integralismo do Hábito e os Últimos Suspiros do Filioquismo: resposta à Sociedade Barruel*" publicado recentemente em uma revista ortodoxa de língua francesa cujo nome desconhecemos.

O ARTIGO DE "CONNAISSANCE HELLENIQUE"

É o artigo mais antigo em data que nos propomos a estudar primeiro. Agradecemos ao Sr. Vernhes, professor da Faculdade de Letras de Aix-em-Provence, por nos tê-lo enviado. Não nos é possível reproduzir integralmente nem este artigo nem a carta manuscrita que o autor nos enviou posteriormente, mas esperamos traduzir fielmente seu pensamento.

No artigo, assim como na carta, o Sr. Vernhes expõe longamente o mal-entendido linguístico resultante da diferença entre os verbos "*exporeumai*" em grego e "*procedere*" em latim. O Evangelho segundo São João XV, 26, fala do Espírito Santo que "*exporeumenon*" do Pai, mas não há palavra em latim para traduzir exatamente essa palavra e se disse "*a patre procedit*". O artigo de "*Connaissance hellénique*" propõe, e só podemos aprová-lo, traduzir "*exporeumenon*" por: "a sua fonte primeira" e não por "procede".

Poder-se-ia também encontrar outras expressões para traduzir o texto de São João XV, 26, reproduzido pelo Símbolo oriundo do Concílio de Constantinopla de 381, como "O Espírito Santo que procede originalmente do Pai", ou "O Espírito Santo que tira sua primeira origem do Pai". Santo Agostinho precisava que o Espírito Santo procede do Pai *principaliter*.

Estamos de acordo com o Senhor Vernhes ao constatar que há, de fato, um mal-entendido linguístico. Por um lado, não se pode obrigar os gregos a dizer que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho empregando o verbo "*exporeumai*", que se refere à origem primeira; isso equivaleria a fazê-los dizer "O Espírito Santo tira sua primeira origem do Pai e do Filho". Humberto de Moyenmoutier errou em 1054 ao querer impor essa fórmula. Por outro lado, a expressão "procede do Pai e do Filho" pode ser mal compreendida, especialmente se se confunde o verbo "proceder" com o verbo "*exporeumai*". Poder-se-ia crer que o Filho tem por si mesmo o poder de produzir o Espírito Santo.

Mas o MAL-ENTENDIDO LINGUÍSTICO NÃO EXPLICA TUDO, e não estamos mais de acordo quando o autor do artigo pretende explicar toda a história da divergência entre católicos e ortodoxos pelo mal-entendido linguístico; ora, é bem esta a ideia principal que emerge deste artigo e da carta que ele dirigiu à Sociedade Barruel e onde diz:

"O conhecimento por G. L. do princípio linguístico que está no cerne da questão teria logicamente acarretado uma reorganização completa do histórico deste debate".

DOIS ERROS DA PARTE DE FÓCIO

É preciso compreender bem que não há um erro da parte de Fócio e dos teólogos ortodoxos que se inspiraram nele, mas sim dois erros; o primeiro é uma consequência do mal-entendido linguístico, o segundo não o é.

O primeiro erro é um erro de fato sobre o conteúdo da doutrina católica relativa à processão do Espírito Santo. Fócio acreditou, ou fingiu acreditar, que a doutrina católica romana ensinava que o Pai não poderia sozinho dar a vida ao Espírito Santo e que precisava para isso do concurso do Filho, o que limitava sua onipotência; Fócio acreditou, portanto, ou fingiu acreditar, que o Filho possuía por si mesmo o poder de produzir o Espírito Santo. Tratava-se aí de uma interpretação completamente falsa do Filioque e do que ensinavam os teólogos latinos. A doutrina católica nunca pôs em causa a monarquia do Pai, ela não diminui sua onipotência.

Fócio e os teólogos ortodoxos fizeram bem em afirmar com força essa monarquia do Pai, mas deram-se muito trabalho para arrombar uma porta aberta. A teologia católica ensina que o Pai, sendo onipotente, poderia ter dado sozinho a vida ao Espírito Santo, assim como ele sozinho gerou o Filho, mas ensina também que o Pai transmitiu a seu Filho todos os seus poderes, exceto o de gerar, que lhe é específico. Transmitiu-lhe, portanto, o poder de dar existência ao Espírito Santo.

O Pai celeste é perfeito, comunica toda a sua perfeição ao seu Filho e essa perfeição comporta, entre outros, o poder de produzir o Espírito Santo. Disso resulta que o Espírito Santo procede do Filho ao mesmo tempo que do Pai. É o que exprime o "*Filioque procedit*", e o que não poderia exprimir em grego uma fórmula como "*exporeumenon do Pai*".

A Igreja Católica nunca disse que o Espírito Santo procede do Filho no sentido de "*Exporeumenon*" (tira sua primeira origem), nem que o Filho tem por si mesmo o poder de dar a vida ao Espírito Santo; ela sempre disse que o Espírito Santo procede também do Filho, e que isso vem de que o Pai transmitiu ao Filho o poder de produzir o Espírito Santo.

Esse ensinamento foi expresso sem equívoco no Concílio de Florença de 1439:

“Porque tudo o que é do Pai, o Pai o deu ele mesmo a seu Filho único ao gerá-lo, com exceção do seu ser de Pai, esta processão do Espírito Santo a partir do Filho, o Filho a tem eternamente de seu Pai que o gerou eternamente.”

Fócio e, depois dele, os teólogos ortodoxos cometeram, portanto, um erro sobre o conteúdo da doutrina católica, erro que pode ser explicado pelo mal-entendido linguístico entre *procedit* e *exporeumenon*, erro que não dissipa, é preciso reconhecer, a expressão "*a Patre Filioque procedit*", que pode ser interpretada de duas maneiras, mas que dissipam inteiramente as explicações dadas por diversos teólogos, entre outros Santo Agostinho e São Máximo o Confessor, e, sobretudo, as dadas pelo Concílio de Florença.

Acreditamos ser necessário insistir no fato de que o mal-entendido linguístico foi dissipado muitas vezes ao longo da história, e os Ortodoxos não podem ignorar isso. Citamos exemplos:

- Uma carta famosa de meados do século VII de São Máximo, o Confessor, a Máximo de Chipre, para justificar o Papa Martinho I por ter escrito em latim que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho. São Máximo precisava: "*Os Romanos reconhecem o Pai como a única fonte do Filho e do Espírito... mas mostram que o Espírito procede pelo Filho e, desse modo, mantêm a comunhão de essência. Eis, portanto, as posições que sustentam e pelas quais são acusados sem fundamento.*"
- O fato de que o Papa Gregório X, em 1274, no Segundo Concílio de Lyon, embora tenha pedido aos Gregos que reconhecessem a verdade dogmática do *Filioque*, não os obrigou a acrescentar essa palavra ao seu símbolo. Infelizmente, Nicolau III, alguns anos depois, achou por bem reverter a decisão de Gregório X.
- O Concílio de Florença, que em 1439 expressou de forma muito explícita a doutrina católica sobre a processão do Espírito Santo, não pode deixar qualquer dúvida sobre o sentido atribuído ao *Filioque*.
- A bula "*Etsi Pastoralis*", de 26 de maio de 1742, na qual Bento XIV, para levar em conta a diferença de terminologia entre o grego e o latim, permitiu aos Gregos recitar o Símbolo sem o *Filioque*: "*Embora estejam obrigados a crer que o Espírito Santo procede também do Filho, não estão, no entanto, obrigados a pronunciá-lo no Símbolo.*"

Desde Bento XIV, pode-se dizer que não há mais mal-entendido linguístico da parte dos latinos, mas, por seu lado, os Ortodoxos persistem em qualificar de herética a fórmula latina do *Filioque*.

O segundo erro de Fócio e dos teólogos ortodoxos é este: eles ensinam que o Pai não pode comunicar ao Filho o poder de dar vida ao Espírito Santo; para eles, "a expiração ativa" é uma

propriedade pessoal exclusiva do Pai, portanto incomunicável; para eles, o que é hipostático, isto é, particular a uma pessoa divina, pertence apenas a essa hipóstase:

“Toda participação de outra pessoa é contrária à incomunicabilidade e à singularidade das propriedades hipostáticas” (Fócio, *Mystagogia do Espírito Santo* - 15 PG 15, PG 10 2293 AB).

Pode-se perguntar por que Fócio pretende que o poder de transmitir a existência ao Espírito Santo é próprio do Pai e incomunicável: com efeito, por que o Pai não poderia comunicar ao Filho esse poder, segundo o ensinamento de São João 16,15:

“Tudo o que é do Pai é meu”?

Se o Pai não comunicasse ao Filho o poder de produzir o Espírito Santo, duas explicações seriam possíveis: ou o Pai não pode ou não quer. Se não pode, sua onipotência é limitada e, por conseguinte, sua perfeição. Se não quer, é porque seu amor pelo Filho é limitado; disso resulta que sua caridade não é perfeita; em ambos os casos, sua perfeição não é completa. Onde se vê que, longe de afirmar a perfeição do Pai, a tese de Fócio, ao contrário, a diminui.

Por outro lado, se o Filho, ao contrário do Pai, não tem o poder de espirar o Espírito Santo, ele não recebeu do Pai toda a sua perfeição, ao contrário de São João 16,15: ele é, portanto, menos perfeito que o Pai, desigual ao Pai, e recai-se no Arianismo...

Com a teoria de Fócio, o Pai não é perfeito e o Filho é ainda menos perfeito que o Pai: é, pelo menos, o que se é obrigado a constatar.

Acrescentemos que, se o fato de dar existência ao Espírito Santo fosse uma propriedade incomunicável do Pai, este não seria suficientemente designado por seu nome de Pai; dever-se-ia dizer: o Pai e Espirante, e dever-se-ia fazer o sinal da cruz dizendo: "Em nome do Pai e Espirante, do Filho e do Espírito Santo".

A posição de Fócio e dos teólogos ortodoxos sobre a incomunicabilidade é, portanto, um erro, e este segundo erro, erro de doutrina, não é de modo algum fruto de um mal-entendido linguístico sobre a expressão "procede do Pai e do Filho". O primeiro erro faz crer falsamente que os católicos ensinam que o Filho tem por si mesmo o poder de dar existência ao Espírito Santo, enquanto sempre ensinaram que ele o recebeu do Pai. O segundo erro consiste em pretender que o Filho não recebeu do Pai o poder de produzir o Espírito Santo: portanto, quando o primeiro erro de origem linguística é dissipado, o segundo erro subsiste.

A prova de que a diferença entre católicos e ortodoxos não se baseia unicamente no mal-entendido linguístico é que os Ortodoxos que inicialmente as aceitaram rejeitaram posteriormente as definições do Concílio de Florença de 1439, que dissipavam inteiramente esse mal-entendido e

formulavam de forma muito explícita a doutrina católica.

Marcos Eugênio, arcebispo de Éfeso, havia participado desse Concílio e se oposto às suas resoluções, enquanto os outros Ortodoxos as aceitavam. Sua atitude foi inequívoca: por testamento, pediu que nenhum dos que haviam assinado o Ato de União do Concílio de Florença assistisse a seu funeral nem rezasse a Deus por ele. Seu irmão João, que também viera ao Concílio, publicou um livro contra esse concílio. Sabe-se, além disso, que, após a tomada de Constantinopla pelos Muçulmanos em 1453, a União de Florença foi oficialmente rompida em 1484 pelo Patriarca ortodoxo instituído por eles.

Acreditamos ter demonstrado que o essencial do debate entre católicos e ortodoxos não reside em interpretações linguísticas divergentes do *Filioque*, mas sim na transmissão (ou não transmissão) do Pai ao Filho do poder de produzir o Espírito Santo.

Observações diversas

Queremos citar agora algumas outras passagens errôneas do mesmo artigo, formulando as observações que julgamos necessárias.

1. No final da página 12, lê-se: "*a adição do Filioque pelos latinos esteve na origem da ruptura entre católicos romanos e ortodoxos, entre Roma e Constantinopla*". Por outro lado, o memorando do Conselho Ecumênico das Igrejas de 1978/79 disse o mesmo, embora de forma menos categórica.

Ora, isso é um erro histórico completo. O cisma de Fócio durou apenas seis anos, e no século seguinte dificilmente se falou sobre a processão do Espírito Santo. Os ataques de Miguel Cerulário em 1053/54 incidiram sobre outras questões: pães ázimos e jejum do sábado.

Emile Bréhier, em sua obra "*O cisma oriental no século XI*" (Paris 1899, páginas 131-132), confirma isso:

“Durante o século XI, a questão da adição ao símbolo ocupou um lugar totalmente secundário”.

Por sua vez, em 1898, Bolotov, professor ortodoxo de história eclesiástica na Universidade de São Petersburgo, declarou que a questão do *Filioque* não fora a causa da separação das Igrejas.

A questão do *Filioque* não foi, portanto, uma causa determinante da ruptura, e foi somente uma vez consumado o cisma que ela assumiu o primeiro lugar na polêmica entre a Igreja grega e a Igreja latina.

2. Lê-se no alto da página 16: "*a teologia grega distinguirá cuidadosamente a processão do Espírito Santo e sua missão, isto é, o fato de ele ser enviado à criação pelo Pai e pelo Logos*" (ou seja, o Filho).

Essa afirmação é exata, mas parece inútil; pois a teologia católica é da mesma opinião, nunca confundiu processão e missão, faz a distinção tão bem quanto a teologia grega.

Certamente, a teologia grega sustenta que a missão não depende da processão, diferentemente da teologia católica, que recorda, com Jorge de Trebizonda, falecido em 1484, e com o Papa Leão XIII na Encíclica *Divinum Illud* de 9 de maio de 1897, que a processão eterna do Espírito Santo é o fundamento necessário de sua missão temporal. Isso não é uma confusão entre uma e outra, é apenas a afirmação de uma relação de causa e efeito.

3. Ainda na página 16, lê-se a respeito da Epístola de São Paulo aos Gálatas 4,6: "*Deus enviou aos vossos corações o Espírito de seu Filho, que clama: Aba, Pai!*" "*Isso quer dizer que o Filho recebeu do Pai a plenitude do Espírito*". Ora, não é de modo algum isso que São Paulo quis dizer: Não é verdade que o Filho, enquanto segunda hipóstase, recebeu a plenitude do Espírito Santo.

A maioria dos teólogos ortodoxos, se excetuarmos Marcos de Éfeso no século XV e Gusev, da Academia Eclesiástica de Kazan por volta de 1900, admite, tanto quanto os teólogos católicos, que há uma ordem de origem entre as três pessoas divinas. Para que o Filho receba a plenitude do Espírito Santo, seria necessário que ele fosse o terceiro na ordem de origem, quando, ao contrário, é o Espírito Santo, terceira hipóstase, que recebe a vida *principaliter* do Pai e a recebe também do Filho.

É somente enquanto homem que é verdadeiro dizer que o Filho recebeu a plenitude do Espírito Santo; essa dádiva do Espírito Santo concerne unicamente à natureza humana de Jesus Cristo e de modo algum à sua natureza divina, à sua alma e não à sua divindade.

4. No meio da página 17, o autor cita vários textos de Santo Agostinho, dizendo: "*Não me pareceu que as passagens sobre a processão do Espírito ex Patre Filioque se afastassem da doutrina ortodoxa*". Entre essas passagens encontra-se *De Trinitate* 5,29: "*O Espírito Santo vem do Pai como de seu primeiro princípio, pois está provado que o Espírito Santo vem também do Filho. Mas esse privilégio é ainda o Pai quem o concede ao Filho; ele o gerou de tal modo que seu dom comum vem também do Filho*".

Vimos acima que Fócio não admite que o Pai conceda ao Filho o poder de produzir o Espírito Santo. Para ele, ao contrário, esse poder é incomunicável. A doutrina ortodoxa não apenas se afasta, mas se opõe absolutamente aos textos citados de Santo Agostinho. Aliás, Fócio citou como favoráveis ao *Filioque*: Santo Ambrósio, Santo Agostinho, São Gregório Magno (in *Mystagogia do Espírito Santo* 66-72): é, portanto, que ele conheceu bem e rejeitou voluntariamente a doutrina de Santo Agostinho.

5. No alto da página 18, o autor quer nos fazer crer que "*Filioque procedit*" se refere à missão do Espírito Santo enviado pelo Filho. Trata-se, na verdade, do envio do Espírito Santo pela intercessão do Filho, que ocorreu sobre a Igreja a partir de Pentecostes. "*A 'procedit' empregado sozinho, pode-se equivaler: é enviado, o que se aplica à missão*". "*Quanto à sua missão, pode-se dizer em latim 'Ex Patre filioque procedit'*".

Isso é um grave erro: o verbo *procedere* não se aplica à missão. Quando a teologia católica diz que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho, isso significa que o Espírito Santo recebe sua existência principalmente do Pai e também a recebe do Filho. Isso não tem nada a ver com a missão. Além disso, a missão é temporal, enquanto a processão é eterna. O Espírito Santo procede do Pai e do Filho desde toda a eternidade, antes de toda criação. Ao contrário, a missão do Espírito Santo só pôde começar com a criação. É impossível que Ele tivesse sido enviado ao nada, antes que o mundo existisse.

A teologia latina nunca usa a palavra *procedere* para designar a missão; os Padres da Igreja declaram que a substância, e não a missão, é concedida a Ele pelo Filho: "*Neque alia substantia est Spiritus Sanctus praeter id quod datur a Filio*" (Dídimo de Alexandria).

Pode-se citar também Jorge de Trebizonda, falecido por volta de 1484: "*As operações imanes da Divindade são eternas em si mesmas... Se considerarmos em si mesmo o ato imanente pelo qual o Espírito Santo recebe do Pai e do Filho a essência divina, ele é eterno.*"

Foi somente o patriarca de Constantinopla, Gregório de Chipre (1283-1289), que inventou uma teoria da manifestação eterna do Espírito Santo pelo Filho ou através do Filho, teoria pouco compreensível.

A explicação de *procedit* por "é enviado", adotada pelo artigo de "*Connaissance hellénique*", é uma interpretação anglicana do século XIX – William Palmer e, sobretudo, Neale, falecido em 1866, declararam que o Espírito Santo só procedia do Filho por uma missão temporal; isso não tem nada a ver com a doutrina católica.

6. Lê-se na página 18: "*No século VII, o Papa Martinho I emprega a nova fórmula segundo a qual o Espírito Santo ex Patre Filioque procedit.*" Ora, essa fórmula não era nova na verdade; já havia sido usada por vários papas: o Papa São Leão Magno em 477, em uma carta ao bispo espanhol Turíbio de Astorga; o Papa São Hormisda em 519, em uma carta oficial ao imperador Justino; e também o Papa São Gregório Magno.
7. Na página 19, encontra-se: "*Assiste-se, em suma, a uma oscilação na interpretação da fórmula de origem agostiniana introduzida no texto do Credo no Concílio de Toledo.*"

A fórmula não é apenas de origem agostiniana. Antes de Santo Agostinho (354-430), tanto entre os latinos quanto na escola de Alexandria, autores já haviam ensinado que o Espírito Santo procedia ou vinha do Pai e do Filho. Podem-se citar Tertuliano, falecido por volta de 220; Novaciano; Virgílio de Tapse; Santo Ambrósio (340-397), que dizia: "*O Espírito Santo, quando procede do Pai e do Filho, não se separa do Pai, nem se separa do Filho*" (PL 16732-733 A); e Santo Hilário de Poitiers.

O Pe. Garrigues, em "*L'Esprit qui dit Père*" (1982, p. 70), declara: "*Quanto a Santo Agostinho, frequentemente apresentado como o inventor do Filioque, pode-se dizer que não fez obra de inovador nessa matéria. Ele sobretudo sintetizou os diversos elementos que encontrava na tradição latina anterior concernente à processão do Espírito Santo.*" Para complementar esse texto do Pe. Garrigues, à tradição latina seria preciso acrescentar a tradição alexandrina.

8. Na página 19, o autor escreveu: "*Se compreendermos a fórmula latina do Filioque sem nela ver uma referência à fonte primeira, ela é aceitável para os gregos.*" De fato, ela é

aceitável, pois está de acordo com o dogma cristão, e deveria ser aceitável para os gregos e para todos os outros cristãos. Na verdade, foi aceita sem problemas até o século IX – a carta de São Máximo a Marinos de Chipre, já citada, dissipou um mal-entendido. Na realidade, desde Fócio, a fórmula não é aceita.

9. O autor continua o trecho citado anteriormente: *"Se, ao contrário, vê-se nela (no Filioque) essa referência à fonte primeira, atribui-se ao Filho ser causa do Espírito no mesmo título que o Pai: nesse caso, coisa inaceitável para os gregos, vai-se contra a doutrina tradicional, que considera o Pai sozinho como sendo a causa. E é essa segunda interpretação que pouco a pouco triunfará na Igreja latina."*

Ver o Filho como causa primeira da existência do Espírito Santo no mesmo título que o Pai é uma falsa interpretação, inaceitável tanto para todos os católicos quanto para os ortodoxos. Pretender que foi essa interpretação que pouco a pouco triunfou na Igreja latina é um absurdo, e aqui o autor do artigo apenas reproduz a distorção operada por Fócio.

Basta examinar as definições do Concílio de Florença para se convencer de que a Igreja Católica ensina e sempre ensinou que o Filho não tem de si mesmo, mas recebe do Pai o poder de produzir o Espírito Santo. Além disso, a interpretação que o autor chama de segunda interpretação, se é teoricamente possível, se foi ensinada outrora por ignorantes, já não é mais ensinada por ninguém há muito tempo.

Observemos ainda que há contradição entre a explicação dada aqui para a fórmula latina *"filioque procedit"* e a explicação dada no alto da página 18, que é objeto de nossa quinta observação – a de *procedit* por *"é enviado em missão"*. O autor dá, portanto, duas versões consecutivas e contraditórias do significado da fórmula latina: a primeira pelo envio em missão do Espírito Santo, a segunda pelo poder que o Filho tem de si mesmo de dar vida ao Espírito Santo. Vimos que ambas as explicações são falsas.

10. O artigo termina com a seguinte passagem: *"Para os latinos, o Espírito que procede do Filho aparece como o simples agente ou comissário deste. O Pentecostes parece o complemento menor do Natal e da Páscoa. A ênfase é colocada na Encarnação, ou seja, na dimensão sacramental, portanto hierárquica, portanto institucional. Os gregos, ao contrário, mantêm o equilíbrio entre o Logos e o Espírito e, segundo a fórmula de Olivier Clément, 'a relação entre sacramento e profecia, entre hierarquia e povo, entre palavra e vida, entre ordem e liberdade depende, sem dúvida, em última instância, da relação eterna revelada pela teologia trinitária entre o Filho e o Espírito Santo'."*

Aqui, mais uma vez, a doutrina da Igreja Católica é distorcida. Ela sempre ensinou que as três pessoas da Santíssima Trindade são iguais entre si, e nunca admitiu qualquer laço de subordinação entre o Espírito Santo e o Filho. É certamente lamentável que alguns católicos vejam a vinda do Espírito Santo no Pentecostes e posteriormente ao longo dos séculos como um evento menor em comparação com a Encarnação, mas isso se trata de um defeito de compreensão da doutrina e não de um erro da própria doutrina católica.

Se o Espírito Santo foi um tanto negligenciado na pesquisa teológica, no apostolado, no estudo de suas diversas manifestações autênticas, se às vezes se quis extinguir o Espírito, isso é muito

lamentável, pode ter tido consequências infelizes, mas nada tem a ver com a questão do *Filioque*.

A TEOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO: No diálogo entre o Oriente e o Ocidente

As Edições do Centurião e as Presses de Taizé publicaram em 1981 uma obra intitulada "*A Teologia do Espírito Santo no diálogo entre o Oriente e o Ocidente*"; este livro, obra coletiva de autores pertencentes a diversas religiões, é inteiramente dedicado à questão do *Filioque*, e podem-se encontrar informações sobre a posição dos Velhos Católicos, dos Anglicanos e dos Reformados.

Os Velhos Católicos, que haviam se recusado a aceitar os dogmas sobre o Papa proclamados pelo primeiro Concílio do Vaticano em 1870, após examinar o problema, chegaram à conclusão de que não se deveria recitar o *Filioque* na liturgia. O artigo 3 das decisões da Conferência de União de Bonn em 1875 foi redigido da seguinte maneira: "*Comprometemo-nos todos a apresentar a doutrina do Espírito Santo tal como foi ensinada pelos Pais da Igreja indivisa*".

Esta atitude está em contradição com a verdade histórica, pois, como mostramos, antes do cisma a maioria dos Pais da Igreja Latinos ou Alexandrinos admitiu a dupla processão do Espírito Santo.

Numa conferência de Lambeth em 1978, os bispos da Comunhão Anglicana recomendaram "*que todas as igrejas membros da comunhão considerem omitir no Credo Niceno a fórmula do Filioque*".

Entre os Reformados, podem-se distinguir três atitudes:

1º - Muitos estariam prontos a defender firmemente a teologia do *Filioque*. Para a geração que precedeu a nossa, o principal defensor do *Filioque* foi Karl Barth que, segundo Alasdair Heron, "*reafirmou com força uma posição que, em suas linhas gerais, é a de Anselmo. Ele acrescentou seu toque pessoal ao insistir no fato de que o Filioque obstrui qualquer abordagem do Pai que não passe por Jesus Cristo e ao dar a entender que o que ele considera como elucubrações de certos teólogos russos modernos poderia bem provir do fato de que não aderem ao Filioque*".

2º - A grande maioria dos membros das igrejas reformadas não é tão suscetível de rejeitar o *Filioque* quanto de se desinteressar pela questão.

3º - Finalmente, certos teólogos reformados concedem que há uma parte de verdade nos ataques contra o *Filioque*. Assim, a obra "*A Teologia do Espírito Santo no diálogo entre o Oriente e o Ocidente*" contém integralmente o memorando do Conselho Ecumênico das Igrejas (C.E.I.) redigido por teólogos ocidentais e orientais reunidos em Kligenenthal em 1978 e 1979.

No histórico deste memorando, pudemos detectar dois erros e uma omissão. O primeiro erro, situado na página 9, é a afirmação de que o Concílio de Éfeso em 431 ratificou a santidade do símbolo definido em Constantinopla em 381, símbolo que dizia: o Espírito Santo procede do Pai.

Na realidade, o Concílio de Éfeso defendeu unicamente que nada fosse acrescentado ao símbolo de Niceia; ele visava apenas o símbolo de 325 e de modo algum os acréscimos de 381, pois em 431 o Concílio de Constantinopla ainda era considerado apenas como um concílio local e suas definições

não tinham qualquer autoridade dogmática.

O segundo erro encontra-se na página 10, onde se diz que o Papa Leão XIII parecia favorável à teologia do *Filioque*: não, ele não parecia, ele era efetivamente favorável.

A omissão está no alto da página 10: "*No século IV, alguns autores latinos falavam do Espírito Santo como procedente do Pai e do Filho, ou de ambos*". Por que não mencionar nem a escola de Alexandria, nem Santo Epifânio, que certamente não tinha nada de latino?

No capítulo sobre os aspectos teológicos do *Filioque*, lemos: "*As observações que se seguem propõem-se a sugerir de que maneira a teologia ocidental poderia buscar uma posição que se aproxime da do Oriente, mantendo, ao mesmo tempo, sua preocupação em afirmar os laços do Filho e do Espírito*".

Assim, para o memorando, é unicamente a teologia ocidental que deve buscar uma posição que a aproxime da do Oriente; a recíproca não é considerada. É o Ocidente, e não o Oriente, que deve arcar com todos os custos da eventual modificação. Estamos, portanto, diante de um partidarismo evidente, cujas origens seria instrutivo estudar.

Para finalizar, o memorando recomenda "*que a forma primitiva do terceiro artigo do símbolo, sem o Filioque, seja considerada em toda parte como a fórmula normativa e restabelecida, para que todo o povo cristão possa confessar sua fé comum no Espírito Santo dizendo: 'E cremos no Espírito Santo, que reina e dá a vida, que procede do Pai'*".

Nós, evidentemente, contestamos essa conclusão, pois essa fé supostamente comum seria puramente fictícia e aparente. Porque:

1º - Os gregos usariam o verbo "*ekporeúomai*"; os latinos, seja o verbo "*procedit*", seja um verbo equivalente na língua vernácula. Ora, sabemos que esses verbos não têm o mesmo significado.

2º - De que adiantaria adotar uma mesma fórmula se não há acordo sobre sua interpretação? É uma ideia falsa acreditar que se possa realizar a unidade apenas pelo Credo. Há forçosamente verdades dogmáticas que não estão expressas nele.

Se a menção "e do Filho" for suprimida, os católicos são, no entanto, sempre obrigados a crer nas definições do concílio ecumênico de Florença de 1439, que envolvem a infalibilidade, e, conseqüentemente, na intervenção ativa do Filho na processão. Por sua vez, os Ortodoxos continuarão a afirmar que o poder do Pai de produzir o Espírito Santo é incomunicável.

Onde estará a unidade? Onde estará a fé comum?

O ESPÍRITO QUE DIZ "PAI" E O PROBLEMA DO FILIOQUE

O livro do Pe. Guarrigues, "*O Espírito que diz 'Pai!'*" e o problema do *Filioque*", contém, especialmente em sua segunda parte, uma exposição histórica de grande interesse e que pode ser muito útil. No entanto, o ponto de vista defendido na terceira parte nos parece perigoso ao apresentar a doutrina católica sobre a processão do Espírito Santo como um simples "

theologoumenon", ou seja, como uma opinião teológica.

O Pe. Guarrigues, por mais estranho que pareça, quer conservar o Filioque, mas com "um sentido suscetível de uma recepção ecumênica pela ortodoxia". Em outras palavras, o Pe. Guarrigues deseja que católicos e ortodoxos entrem em acordo sobre a fórmula, mas cada um dando a ela um sentido restrito que poderia ser interpretado de maneira diferente por cada uma das partes.

Eis como o Pe. Guarrigues precisa seu pensamento:

“Na Igreja Católica, quando os bispos e o papa professam em seu magistério solene uma expressão como o Filioque (e o mesmo se poderia dizer para Transsubstanciação, Imaculada Conceição, Infalibilidade Pontifícia), isso não significa que eles canonizem o sentido preciso que essa fórmula tinha na corrente teológica que a concebeu e utilizou até então. Isso significa, ao contrário, que essa expressão foi reconhecida como uma expressão normativa da fé; o sentido último do que ela afirma deve ser buscado na conformidade com a Revelação, isto é, para um católico, na Escritura lida à luz da Tradição.”

Tais páginas se aproximam do modernismo. Aceitam-se as palavras de uso corrente em teologia, mas esvaziando-as de seu sentido. O Pe. Guarrigues quer conservar o Filioque no Credo, mas, para poder realizar um acordo ecumênico, quer dar-lhe um sentido diferente daquele professado até agora pela Igreja Católica. Qual é, então, esse sentido que o Pe. Guarrigues preconiza?

Sua tese é, em linhas gerais, a mesma proposta pelos teólogos russos. Os ortodoxos, de fato, não têm todos um ponto de vista idêntico sobre o *Filioque*. Essa tese, de Basílio Bolotov, professor de história eclesiástica na Universidade de São Petersburgo, publicada em 1898, retomada pelo Santo Sínodo de São Petersburgo em 1912 e posteriormente por Sergei Bulgakov, pode ser resumida da seguinte forma:

1. A questão do *Filioque* não foi a causa da separação das igrejas e, portanto, não pode constituir um impedimento dirimente para sua reunião.
2. A teoria de Fócio sobre a processão do Espírito Santo *a Patre Solo* deve ser classificada entre os *theologoumena*, ou seja, entre as opiniões teológicas que se é livre para aceitar ou rejeitar.
3. A doutrina latina da processão pelo Pai e pelo Filho deve ser considerada igualmente como uma opinião livre, que pode ser aceita ou não.
4. A verdadeira justificação da fórmula "o Espírito Santo procede do Pai pelo Filho" não corresponde nem ao *theologoumenon* de Fócio, nem ao *theologoumenon* latino, mas indica simplesmente que a geração do Filho precede logicamente, isto é, por uma mera prioridade de natureza, a processão do Espírito Santo, que o Filho é como a condição *sine qua non* da produção do Espírito Santo pelo Pai.

O Padre Guarrigues, como Bolotov, como o sínodo de São Petersburgo, como Bulgakov, encontrou um ponto comum nas doutrinas católica e ortodoxa sobre a processão do Espírito Santo: o Espírito

Santo procede do Pai, portanto, daquele que gera o Filho único. Para que a primeira pessoa da Santíssima Trindade produza o Espírito Santo, é necessário primeiro que Ele seja Pai, portanto, que haja um Filho.

A diferença entre a tese de Guarrigues e a tese russa é que os russos pensavam poder expressá-la apenas pela fórmula: "procede do Pai pelo Filho", enquanto o Padre Guarrigues acredita que ela é compatível com a fórmula "procede do Pai e do Filho". Vê-se imediatamente as objeções que podem ser feitas ao ponto de vista do Padre Guarrigues:

1. Se ele aceita o *Filioque*, não leva em conta a maneira como foi empregado pelo Concílio Ecumênico de Florença em 1439. As definições deste Concílio são, no entanto, irreformáveis e comprometem incontestavelmente a infalibilidade. Compreende-se ainda menos o Padre pelo fato de ele citar duas frases do Concílio de Florença em sua quarta parte. Então, ele considera as definições de um concílio ecumênico como simples opiniões teológicas?
2. Não se vê como o fato de a produção do Espírito Santo supor a existência do Filho poderia ser expresso pela fórmula "o Espírito Santo procede do Pai e do Filho"; esta fórmula supõe uma relação de causa e efeito entre o Filho e o Espírito Santo, e não apenas que a existência de um é a condição do outro.
3. O Padre Guarrigues quer absolutamente realizar um acordo ecumênico entre ortodoxos e católicos. Só podemos aprová-lo, mas podemos nos perguntar para que serve um acordo sobre a fórmula se esta pode ser interpretada de forma diferente de cada lado. Assim será, no entanto, forçosamente, pois uns pensarão que o Espírito Santo procede do Pai sem a intervenção do Filho e outros que procede d'Ele pela intervenção do Filho.
4. O Padre Guarrigues parece acreditar, por outro lado, que todos os ortodoxos concordam em dizer que o Espírito procede do único Pai na medida em que este gera o Filho único, o que supõe uma ordem de origem e de natureza entre as três pessoas divinas: o Pai é a primeira pessoa da Santíssima Trindade, o Filho é a segunda, o Espírito Santo é a terceira. Ora, nem todos os ortodoxos pensam assim; já observamos anteriormente que Marcos, arcebispo de Éfeso no século XV, e Gusev por volta de 1900, pretenderam que não havia ordem de origem entre as três pessoas divinas: Marcos disse que, se nomeamos o Espírito Santo em terceiro lugar e não em segundo, é apenas para evitar fazer crer que Ele também é um Filho nascido do Pai por geração.

Portanto, com sua explicação da processão do Espírito Santo, por mais restritiva que seja, o Padre Guarrigues nem sequer conquistará a unanimidade dos ortodoxos.

O ESPÍRITO SANTO NO CREDO

Sob o título "*O Espírito Santo e o Credo*", o periódico *L'Homme Nouveau* de 20 de junho de 1982 comentou o volume do Padre Guarrigues. Deste artigo, reteremos apenas a frase: "*Daí a sugestão que vem à mente: por que os latinos não adotariam a fórmula 'Creio no Espírito Santo que procede do Pai pelo Filho'?*".

L'Homme Nouveau não insiste nesta sugestão, mas acreditamos ser necessário respondê-la. Se a fórmula "procede do Pai e do Filho" comporta uma ambiguidade, se pode ser interpretada de duas

maneiras diferentes, uma verdadeira e uma falsa (a verdadeira: o Filho recebe do Pai o poder de produzir o Espírito Santo; e a falsa: o Filho tem de si mesmo o poder de produzir o Espírito Santo), a fórmula "procede do Pai pelo Filho", por sua vez, pode ser interpretada de múltiplas maneiras. O Padre Jugie, em seu livro *O Cisma Bizantino*, página 361, sem indicá-las, afirma que há quinze delas. E entre essas quinze, se está certamente a explicação católica do Concílio de Florença, há também outras quatorze.

O Concílio de Florença afirmou que "do Pai e do Filho" e "do Pai pelo Filho" eram duas maneiras legítimas, embora diferentes, de expressar a doutrina católica, mas os ortodoxos afirmam, em sua maioria, que "do Pai e do Filho" é herético e não admitem qualquer assimilação entre "e do Filho" e "pelo Filho". O patriarca de Constantinopla, Gregório de Chipre (1283-1289), chegou a declarar que assimilar as duas expressões era cometer um grande blasfêmia contra o Espírito (*Scripta apologética* PG 142, 250 B).

Citaremos apenas duas explicações da fórmula "do Pai pelo Filho":

1. Gregório de Chipre e, depois dele, Gregório Palamas, arcebispo de Tessalônica no século XIV, faziam uma distinção entre a essência divina e as energias incriadas. Para eles, a essência do Espírito Santo provém do Pai somente, e as energias do Espírito Santo provêm do Filho. Disso resulta, segundo sua opinião, que quando se diz que o Espírito Santo procede do Pai pelo Filho, trata-se unicamente de suas energias, isto é, de seus dons, e de modo algum de sua essência ou de sua hipóstase. Para Marcos de Éfeso também, a processão do Espírito Santo pelo Filho se aplica à manifestação das energias do Espírito (*Scripta syllogistica* 385, 406-407).
2. Vimos anteriormente também como a expressão "do Pai pelo Filho" foi interpretada por Bolotov, pelo sínodo de São Petersburgo e por Bulgakov: a geração do Filho é uma condição para a processão do Espírito Santo.

Em resumo, podemos concluir que adotar a fórmula "pelo Filho" em vez de "e do Filho" levaria não apenas a lançar suspeita de heresia sobre o Filioque, mas também a substituir uma maneira equívoca de se expressar por outra ainda mais equívoca. Além disso, a fórmula "pelo Filho" na realidade não proporcionaria nenhuma aproximação com os ortodoxos. Eles sempre se recusaram a interpretá-la num sentido conforme à doutrina católica expressa pelo Concílio de Florença.

O ARTIGO DA REVISTA "UNIDADE DOS CRISTÃOS"

O periódico trimestral "*Unité des Chrétiens*" de abril de 1982 contém um artigo do Pe. Congar onde ele diz, em particular:

“No sistema tridentino não se poderia admitir que se suprimisse o Filioque, enquanto estou convencido de que isso é possível e que deve tornar-se possível. Mais uma vez, Roma é lenta para se declarar, eu compreendo, seu carisma é um carisma de prudência”.

Se o Padre Congar é a favor da supressão do Filioque, ele não dá outras razões além da necessidade de restabelecer a comunhão com os ortodoxos.

O mesmo periódico contém também um artigo do Pe. Sesbouë, da Companhia de Jesus, intitulado "*O contencioso sobre a fé entre igrejas separadas*" com duas colunas sobre o Filioque, onde os pontos de vista católico e ortodoxo não são expostos; o autor limita-se a dizer que a relação entre natureza e pessoas divinas é percebida de modo diferente por cada um.

O Pe. Sesbouë parece fazer sua a objeção ortodoxa baseada no Concílio de Éfeso que, em 431, havia proibido acrescentar qualquer coisa ao texto do símbolo de Niceia; com efeito, ele relata essa proibição expressando-se da seguinte maneira: "*o Concílio de Éfeso decidiu em 431 que não se fariam mais acréscimos ao texto do símbolo de fé*".

O Pe. se engana ao empregar as palavras "daqui em diante não mais", que nunca figuraram no decreto do concílio de Éfeso e que deixam supor que acréscimos já haviam ocorrido. Eis o texto do decreto promulgado na 6ª sessão desse concílio:

“O Santo Concílio decretou que não é permitido a ninguém propor, escrever ou compor uma fórmula de fé diferente daquela que foi fixada pelos santos Padres em Niceia com o Espírito Santo”.

Antes da decisão do concílio de Éfeso, nenhum acréscimo havia sido feito ao símbolo de Niceia, que dizia simplesmente "creio no Espírito Santo" sem acrescentar nada; as fórmulas do concílio de Constantinopla de 381 não tinham então nenhum alcance dogmático, emanando apenas de um concílio local. Foi somente mais tarde, em 461, que o Concílio de Calcedônia reconheceu a conformidade do dogma dos acréscimos de 381. Em 431, o concílio de Éfeso, ao proibir acrescentar qualquer coisa ao símbolo de Niceia, excluía implicitamente os textos emanados do concílio de Constantinopla de 381.

O argumento dos ortodoxos, retomado e reforçado pelo Pe. Sesbouë, volta-se, portanto, contra eles, pois, se se conformassem ao concílio de Éfeso, deveriam dizer "creio no Espírito Santo" sem acrescentar mais nada.

O Pe. Sesbouë continua seu artigo dizendo: "*Do lado católico, parece-me perfeitamente possível reconhecer que se trata de uma diferença de sistematização que não compromete a fé*". - O que é que não compromete a fé? Seria a intervenção do Filho na processão do Espírito Santo? Então o Pai não comunica, portanto, a plenitude de sua perfeição. Disso resulta que o Filho é menos perfeito que o Pai.

Para terminar, o Pe. Sesbouë cita uma proposição do Pe. Evdokimov que lhe parece sugestiva e cheia de esperança; tratar-se-ia de equilibrar o Filioque por um *Spirituque*, o que significaria que o Filho recebe o Pai do Espírito Santo. Nós não compreendemos. Se o Espírito Santo intervém na Encarnação do Verbo, no batismo de Jesus, em sua ressurreição, trata-se da Humanidade do Filho e não de sua Divindade. O Espírito Santo não pode intervir no Filho enquanto Deus; isso inverteria

a ordem das três pessoas divinas, passando então o Espírito Santo antes do Filho. Além disso, a teoria ortodoxa da incomunicabilidade do poder do Pai estaria em xeque, uma vez que o Pai associaria o Espírito Santo ao seu poder de gerar o Filho: estamos em plena contradição e em plena fantasmagoria.

UM ARTIGO DE UMA REVISTA ORTODOXA

Um de nossos leitores nos enviou um artigo intitulado "*O Integrismo do Hábito e os Últimos Vestígios do Filioquismo - Resposta à Sociedade Barruel*". Este artigo, obviamente, não responde de forma alguma ao [nosso artigo publicado no Boletim nº 9](#) e limita-se a afirmar que o Espírito Santo procede do Pai e somente dele, alegando que se trata de uma definição do Concílio Ecumênico de Constantinopla de 381.

Repetimos que o Concílio de 381 disse simplesmente "o Espírito Santo *ekporeumenon* do Pai", retomando assim o texto de São João XV, 26. Ele não empregou o verbo "procede", que é diferente, e, se não fez qualquer alusão a uma possível intervenção do Filho, também não a negou.

Em seguida, o artigo retoma o eterno argumento do Concílio de Éfeso, que "proferiu a proibição de mudar qualquer coisa nas formulações dogmáticas". Repetimos mais uma vez que o Concílio de Éfeso não empregou o termo "formulação dogmática"; ele simplesmente proibiu compor uma fórmula diferente daquela composta em Niceia.

Se a revista em questão quisesse obedecer ao Concílio de Éfeso, deveria rejeitar tudo o que o Concílio de Constantinopla acrescentou ao Concílio de Niceia. O argumento baseado no Concílio de Éfeso contradiz aquele baseado no Concílio de Constantinopla: é preciso escolher. Por fim, mais adiante, o autor deste artigo fala sobre "o honesto Papa Leão III": teria ele esquecido que este Papa redigiu uma profissão de fé afirmando a processão do Espírito Santo do Pai e do Filho?

CONCLUSÃO

Para concluir, resumamos mais uma vez a doutrina católica: o Pai todo-poderoso é perfeito; ele comunica toda a sua perfeição ao Filho e, ao comunicar essa perfeição, transmite o poder que lhe é próprio. O Filho é perfeito e toda a sua perfeição ele recebe do Pai; e, recebendo essa perfeição, ele recebe o poder de produzir, com o Pai, o Espírito Santo.

Se alguém rejeita essa doutrina — e é isso que os ortodoxos do passado e do presente fazem —, cai inevitavelmente em um semi-arianismo. Não dizemos em arianismo puro, porque o arianismo supõe que o Filho foi criado no tempo, o que os Ortodoxos não ensinam. Mas, ao acreditar em um Filho que não recebeu tudo do Pai, os Ortodoxos acreditam em um Filho menos perfeito que o Pai, portanto, desigual ao Pai: eles adotaram, assim, parcialmente o arianismo.

Resta saber como expressar melhor a doutrina católica. Os concílios ecumênicos nos ensinaram que as fórmulas "o Espírito Santo procede do Pai pelo Filho" e "o Espírito Santo procede do Pai e do Filho" são ambas conformes a essa doutrina. No entanto, elas têm o inconveniente de poderem ser compreendidas em outros sentidos; são ambíguas.

Para excluir toda falsa interpretação, propomos a seguinte fórmula: "*Creio no Espírito Santo, que é Senhor e que dá a vida, que procede originalmente do Pai e que procede também do Filho, associado pelo Pai a essa processão*". Evidentemente, essa definição é longa, longa demais, dirão, mas não seria justamente um equívoco querer expressar absolutamente a processão do Espírito Santo por fórmulas breves que são forçosamente ambíguas?

Sabemos bem que nossa fórmula não será aceita por todos os Ortodoxos, mas ela teria, acreditamos, o mérito de eliminar todos os equívocos e, conseqüentemente, de constituir a única base sólida de partida para tentar um acordo com cismáticos de boa-fé.

G. L.

Revision #5

Created 19 July 2026 15:54:59 by Admin

Updated 19 July 2026 16:58:20 by Admin